



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO XVI - Nº 304 - DE 01 a 15 DE AGOSTO DE 2005 - R\$ 1,50

As massas têm de manter a independência política diante dos exploradores.

Nenhum apoio ao governo ou às CPIs!

As CPIs são a disputa entre as quadrilhas que dirigem o Estado.

Somente as massas mobilizadas em seus Tribunais Populares podem julgar e punir de verdade.

A tarefa é a luta em defesa das reivindicações das massas, contra o governo e a burguesia

Encontro nacional do Movimento pelo Passe Livre: A democracia estudantil e a política proletária são condições para tornar o movimento nacional e independente da burguesia e seus governos.

**A luta dos trabalhadores da Febem-SP
1º Encontro dos metalúrgicos da Volks**

A Bolívia caminha para a revolução social (artigos do Masas)

Falência histórica

O PT nasceu com o objetivo de democratizar o Estado e de reformar as relações econômicas e sociais do País. O socialismo para sua direção era o capitalismo reformado - mais justo e humano.

Um governo democrático e popular iria afastar a velha oligarquia, que trava o desenvolvimento econômico e social. Daria representação aos trabalhadores no Estado. Das pequenas e médias unidades de produção, erguer-se-ia um mercado de consumo popular. O Estado voltaria a ser o propulsor das forças produtivas. Reestruturaria as dívidas externa e interna, fazendo uma auditoria das contas públicas. Brotariam os empregos e haveria uma distribuição de renda favorável aos milhões de miseráveis.

Para que o PT pudesse cumprir tal programa, constituiria uma aliança democrático e popular. Em torno dessa diretriz social-democrata, a esquerda petista se uniu, usando as diferenças para a disputa interna do aparelho partidário.

É preciso trazer ainda à lembrança que o 1º Congresso do PT serviu para condenar o comunismo e o princípio histórico da ditadura do proletariado, confundindo-os com os ideários totalitários do estalinismo. Foi nesse Congresso que o PT assumiu plenamente seu caráter pró-capitalista.

As correntes que não aceitaram as exigências do Congresso foram expulsas.

José Dirceu, José Genuíno e Lula estiveram à frente desse processo. A corrente majoritária Articulação se afirmou de uma vez por todas e o grupo de Genuíno se juntou a ela para fortalecer o aparelho partidário, voltado a ganhar eleições custasse o que custasse.

As ilusões dos trabalhadores na possibilidade de reformas sociais foram exaustivamente exploradas por meio do caudilhismo do metalúrgico do ABC e das promessas de um novo País. As promessas de campanha voltadas a atraírem as massas não passaram de mentiras. O PT manipulou desavergonhadamente a miséria e as necessidades prementes da maioria.

Em pouco tempo no poder, o PT se mostrou prostituído na política burguesa e falido historicamente. Entrou na cova dos abutres para fazer dela seu ninho e agora as aves rapinas servem-se de seu cérebro e olhos.

Depois de constituído o governo, Lula e sua camarilha viraram as costas para o povo. Agora que afunda sob os ataques dos abutres, voltam para os operários e camponeses chamando-os a defender o governo ameaçado de destituição pelo PSDB\PFL.

Os petistas reclamaram que não existiam provas das acusações do arquiocorruputo Roberto Jefferson. Em seguida, José Dirceu convocou os petistas e os movimentos a reagirem a um golpe de direita em andamento. Essa máscara quixotesca não resistiu aos primeiros ventos das revelações do compadrio do PT com o empresário Marcos Valério.

Já não se fala mais de que é preciso de provas. O golpe de direita não passa do agigantamento da oligarquia partidária oposicionista frente a um PT acuado e desmoralizado por ter sido pego na ladroagem que todos fazem. Acaba de ser revelado

que a rede de Marcos Valério vem desde 1988, sob o governo FHC e sob o comando do PSDB mineiro. Está claro também que envolve PFL, PTB, PP etc.

Os reformistas não foram capazes de enfrentar o poder do PSDB\PFL\PMDB, adaptaram-se antes mesmo de chegarem à presidência da República e mergulharam no tráfico das quadrilhas que agem nos porões do Estado. A vasta corrupção e as bandalheiras praticadas em nome dos trabalhadores não são a causa da falência do PT. O que fizeram Delúbio, José Genuíno etc são conseqüências da política burguesa assumida pelo PT. Não há como administrar o Estado dos exploradores sem compartilhar do poder econômico e das quadrilhas que agem no seu interior e que expressam o funcionamento da economia capitalista em decadência.

A versão de que os traficantes petistas se resumem a uma minoria e que o restante da direção nada sabia não tem a menor importância. Todos sabiam do rio de dinheiro gasto em campanhas. Todos pertencem a um partido que se fortaleceu com o financiamento de banqueiros, empreiteiros etc. Todos são responsáveis, inclusive as esquerdas petistas que nunca denunciaram a dinherama gasta nas campanhas. Mas o fundamental é que o PT passou a expressar a política da burguesia. Essa é a raiz de sua perdição e desintegração. O processo histórico já indicou seu desenvolvimento e conclusão: o PT se enfiou na lixeira da burguesia. Ninguém poderá salvá-lo.

Desse ponto de vista, trata-se de batalhar para que a burocracia sindical - também corrompida - e lideranças do movimento camponês e popular não arrastem os trabalhadores para defender o indefensável. A Carta aos Brasileiros acabou sendo uma paródia sem graça. E refletiu a enorme dependência política e ideológica que as lideranças de movimentos ainda mantêm frente ao PT.

A independência das organizações dos trabalhadores e a defesa de suas reivindicações são decisivas para a nova etapa política que está se abrindo no Brasil. A falência do PT não é a falência do movimento dos trabalhadores. Pelo contrário, é o PT aburguesado e podre que se mostra falido historicamente perante a classe operária e aos demais trabalhadores. É claro que politicamente sobreviverá para servir aos capitalistas. A sua burocracia sindical está aí para isso.

O controle dos explorados pelo reformismo petista tem sido uma trava para a luta contra a fome e para a elevação da consciência político-social das massas oprimidas. Essa estrutura tem de ser preservada para o bem dos exploradores. Mas a crise do PT abre caminho para se reorganizar o movimento operário e constituir uma verdadeira direção classista.

Nenhum apoio ao governo burguês do PT, que se afunda no lamaçal. Nenhum apoio aos partidos oposicionistas (os maiores ladrões) que usam a bandalheira do PT para limpar seu passado. Nenhum apoio a quem mantém a opressão sobre a maioria. Independência e estratégia própria dos trabalhadores. Defesa das reivindicações dos trabalhadores contra a miséria - salário, emprego e terra.

Todos estão metidos na corrupção

Enfim, nas contas de Marcos Valério, ficou demonstrado que não só o PT fazia parte da folha de pagamento. Constam delas o PSDB, PFL, PTB etc. Não há, de fato, partido burguês que não seja financiado por empresários e que não faça tráfico com recursos do Estado.

Como se mantém a estrutura partidária e se obtém dinheirama para eleger deputados, governadores, presidentes e prefeitos?

Os poderosos grupos econômicos financiam parte dos extraordinários gastos. Outra parte vem como contribuição pública. Neste caso, a população paga impostos e deles saem milhões para os partidos burgueses. E uma outra vem do esquema de corrupção no interior das empresas estatais e do jogo com gastos do tesouro. É assim que funciona a política burguesa.

Volta e meia, acusados e acusadores da corrupção dizem que essa prática sempre existiu. E é verdade. Mas o que não dizem é que a corrupção é inerente ao Estado burguês e a seus partidos. Reconhecer isso é reconhecer a necessidade histórica de sua destruição.

A burguesia exerce seu poder de classe dominante sobre a maioria explorada por meio do aparato institucional. Os partidos da ordem estatal são financiados aberta ou veladamente para exercer a administração do capital e para manter os explorados disciplinadamente dentro ou fora da produção. Qualquer partido, por mais radical que seja em suas proposições e palavreado, ao receber recursos da burguesia torna-se parte da ditadura de classe da minoria exploradora contra a maioria explorada. Trata-se de uma lei da economia política do capitalismo.

O PT e seu governo não fizeram senão reproduzir o fenômeno da corrupção partidária, seguindo essa lei. Colocou-se a tarefa de exercer a ditadura de classe dos capitalistas. Para isso teve de se apoiar no capital dos exploradores.

Diz o chefe do PSDB, ex-presidente

Fernando Henrique Cardoso, que as denúncias contra Ronaldo Azeredo são pontuais, enquanto que aquelas que se referem ao PT são sistemáticas. Com isso quer dizer que a rede montada pelo PT é mais grave.

É claro que os chefes do PSDB se deram conta que a espuma do pântano bateu em seu queixo. Mas o importante nessa justificativa está no fato de que se procura acobertar que a corrupção estrutural é própria do Estado. O PT não fez senão se adaptar a esse mecanismo e usá-lo a seu favor, já que todos a usam, com mais ou menos amplitude, dependendo da capacidade de poder adquirida.

Somente o marxismo, que norteia a política do proletariado, pode revelar em profundidade as leis de existência e de funcionamento do Estado burguês. E apresentar a solução histórica de destruição do poder capitalista, por meio da revolução social.

A amplitude da crise política

A qualificação de Roberto Jefferson de que não era mais do que nenhum dos parlamentares que o inquiriam e que era igual a todos eles corresponde à realidade. Não há nenhum representante no parlamento que não tenha dependido de muito dinheiro para se eleger.

E os de esquerda, como Heloisa Helena? Nenhuma acusação pesa sobre a parlamentar. No entanto, foi eleita com o dinheiro do PT. Os parlamentares não envolvidos diretamente sabiam que milhões entravam nas contas do PT como contribuição de grupos econômicos, como indicam as contas prestadas no TSE. Trata-se aqui de fazer apenas uma referência à responsabilidade dos parlamentares que se acham acima de qualquer suspeita.

Na política burguesa vale tanto o legal quanto o ilegal, embora a diferença exista e é considerado crime eleitoral recursos obtidos por fora. O que importa de tudo isso é compreender que o esque-

ma ilegal de compra de deputados (mensalão), financiamento de campanha e favorecimento de capitalistas envolve uma centena de parlamentares, atinge todos os partidos, revela quadrilhas de burocratas estatais e denuncia grupos econômicos.

Em sua defesa, Jefferson expôs o mapa do tráfico. O PFL\PSDB viram a oportunidade de atacar o PT e o governo Lula, abrindo dessa forma a disputa eleitoral, que ocorrerá em 2006. O partido ético, que pretendia moralizar a política, está povoado de canalhas. O presidente do PT interino, Tarso Genro, confessou que o erro dos petistas é quererem ter o monopólio da ética. Com isso, afirma que todos partidos têm seus éticos. Grande mentira para justificar as bandeiras do PT e dos demais partidos da ordem.

Os patifes e velhacos do PSDB\PFL folgaram em denunciar seus ex-denunciadores. O PMDB – escolado em ladroagem – pairou sobre todos eles. Os governistas e não governistas comparecem como equilibrados ou como aqueles que querem apurar tudo, mas sem que se abalem as instituições.

No momento em que as contas de Marcos Valério mostraram que tudo começou com o PSDB de Minas Gerais, envolvendo nada menos que seu presidente Ronaldo Azeredo e estendendo-se ao PFL, a ofensiva oposicionista para mostrar que o Presidente Lula deveria ser responsabilizado foi sendo arrefecida.

A entrevista de Lula, produzida em Paris, explicando que o jogo do caixa dois era tradição em todos partidos, foi repelida como uma montagem para se livrar da responsabilidade de corrupção. Na realidade, o chefe maior do PT avisava que sabia muito sobre todos os partidos e que esta seria sua arma caso tivesse de se proteger do impeachment, que começava a ser articulado pela cúpula do PFL, mais radicalizado nas denúncias que o PSDB.

A crise atingiu ponto alto com a com-

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.
Discuta nosso programa.**

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

provação de que havia compra de deputados e financiamento de campanhas pelo PT ao PTB, PP etc. Afastaram-se os Ministros José Dirceu, Luis Gushiken e lideranças do PT, principalmente José Genuíno. A partir daí o PSDB tem procurado circunscrever a crise. O PFL o acompanha. Todos afirmam que não querem que a crise política se transforme em crise institucional com a proposta de afastamento de Lula.

A bandeira do momento é a de retomar o funcionamento do governo, pon-do em andamento projetos de interesse do grande capital. Setores da indústria se articulam para disciplinar os acontecimentos, proteger a política econômica de Lula, que serve ao imperialismo e conservar o PT como instrumento de controle burguês das massas oprimidas.

Não há necessidade da classe capitalista liquidar o PT. O PSDB\PFL só querem colocar os petistas no seu devido lugar na ordem dos partidos burgueses. O reformismo passou pela prova da orientação da economia política do imperialismo. A população pobre continua iludida com o governo e o capital financeiro só tem a elogiar a sua diretriz entreguista.

A Carta aos Brasileiros da CUT\MST\UNE inventou um golpe de direita

A idéia de defender Lula, exigindo investigação das denúncias, mudando a política econômica e atendendo as reivindicações dos oprimidos, mostrou o quanto a burocracia sindical e a direção do MST estão comprometidas com o reformismo petista.

José Dirceu saiu do Ministério para fazer “guerra” às “elites” que pretendiam derrubar o governo e liquidar o PT. Criou o golpe de direita para sua própria defesa e de sua camarilha. As direções de sindicatos e movimentos se incumbiram de divulgar a versão de Dirceu entre as massas. Os mais à esquerda, como Pedro Stédile, do MST, julgaram ser o momento de chamar o PT\Lula a modificar sua política para colocar as massas em sua defesa contra a “elite golpista” (evita-se falar da burguesia ou de alguma de suas frações).

Resposta do governo: fez uma reforma ministerial em favor do PMDB e PP.

Não mudou nada em sua política pró-imperialista. Pelo contrário, Lula enfatizou que seu governo tem prestado bons serviços ao grande capital, garantindo a “estabilidade” e o arrefecimento da luta de classe. O que inclui a trégua do MST.

A conduta dessas direções auxilia o governo e a burguesia a contornarem a crise, evitando qualquer intervenção dos explorados.

A ameaça de Lula de defender seu governo mobilizando a CUT\MST\UNE comparece como um trunfo para negociar com o PSDB\PFL\PMDB a saída do lamaçal. A burocracia sindical e dos movimentos manipulam as massas a serviço de um governo apodrecido na política burguesa e voltado a aplicar medidas antinacionais e antipopulares.

O crescimento econômico em alguns pontos e o arrefecimento da onda de demissões ter arrefecido contribuem para a continuidade das ilusões. É nessas condições que também a burocracia sindical se apóia. E é essa situação que permite a defesa da quixotesca “Carta aos Brasileiros” - uma pretensa oposição à “Carta aos Brasileiros” de Lula, que contém compromissos com a política econômica pró-imperialista.

A tese de “Refundar o PT”

Tarso Genro levantou a bandeira de refundar o PT. Não passa de palavreado. Esse partido usou as ilusões das massas oprimidas e traiu a sua confiança. Não tem como voltar atrás nesse feito. O PT é uma criatura completamente desfigurada pela política burguesa.

Não faltam vozes em sua defesa no seio da classe dominante. Em que sentido? No de que não se deve levar sua desmoralização até as últimas consequências. E por quê? Porque continua sendo importante para “a democracia do País”. É preciso aparar suas asas, mas não cortar totalmente seu vôo. Não pode mais encabeçar a direção do Estado a revelia dos grandes partidos orgânicos da classe capitalista (PSDB\PFL\PSDB).

O PT enganou os explorado, mas não os seus senhores burgueses, que o castigam por ir além de suas atribuições, por aparelhar o Estado em detrimento do

PSDB\PFL, por pretender a reeleição usando a dinheirama obtida pelo tráfico governamental e por ajudar um grupo econômico contra outro no jogo das licitações e uso parasitário do dinheiro público. O que a burguesia quer é que o PT coloque-se em seu devido lugar: o de auxiliar da “democracia burguesa”. E que continue a controlar o movimento sindical e a disciplinar o MST.

Refundar o PT é mantê-lo na condição de humilde serviçal do grande capital, sem as pretensões de dirigir o País, e de coadjuvante “democrático” da ditadura de classe da minoria sobre a maioria oprimida.

O PT se igualou aos demais partidos. Primeiro, seguiu a política do PSDB\PFL\PMDB de proteger o capital financeiro e as poderosas corporações industriais, as custas do saque do Brasil e da miséria do povo. Segundo, armou sua própria quadrilha no Estado, usando as mesmas estruturas e relações montadas por Marcos Valério e o PSDB\PFL de Minas Gerais. O desmonte de sua quadrilha era só o que faltava para se igualar definitivamente aos partidos da burguesia e colocar-se abaixo deles permitindo transparecer que sua corrupção é sistêmica.

Os adversários eleitorais do PT - não são adversários quanto à defesa do capital - gabam-se de demonstrar que os petistas tiveram a grandeza de montar uma usina de dinheiro maior que a deles próprios. Se há alguma originalidade do grupo de Lula\Dirceu (Articulação) é o de tornar a corrupção “pontual” em “sistêmica”. Isso é o que diz o PSDB. A realidade é que o PT não fez senão continuar a reproduzir o funcionamento histórico do Estado burguês.

Então, o que há para se refundar?

O reconhecimento de que o PT errou, a crítica de que um grupo de dirigentes agiu sem conhecimento dos demais membros da direção e a conclusão de que a tarefa é a de limpar as fileiras do partido e, pronto, aí se tem um PT refundado, é o que sempre fazem os partidos da burguesia. Não passa de uma manobra para maquiagem o PT frente aos trabalhadores.

O controle de grandes camadas da população pelo reformismo (no governo é pró-imperialista) é fundamental para continuar sendo auxiliar da burguesia e

recebendo dinheiro dos empresários. Assim, agora é a vez da ala esquerda do PT servir de máscara ética e de proteção do partido contra os ataques da oposição burguesa.

Em que terreno se dá essa defesa? No terreno da luta interburguesa.

As esquerdas petistas trabalham por conservar o PT aburguesado, de forma que lhes permitam o abrigo eleitoral e a manutenção da influência na burocracia sindical. O PT está sendo estraçalhado no âmbito do Estado burguês e no da relação de compromisso com todos partidos de manter a ordem capitalista. O lugar das esquerdas minoritárias (O Trabalho, Democracia Socialista, Articulação de Esquerda, Força Socialista etc) e o da suposta esquerda do chamado campo majoritário é o de manter o PT apodrecido.

A posição de refundar o PT e de salvar o governo Lula conflui com o objetivo da burguesia e de seus partidos orgânicos de garantir a continuidade desse partido como instrumento da democracia burguesa, que é uma forma de regime político para se exercer a ditadura de classe dos exploradores sobre os explorados.

Nossas respostas

Está colocada a bandeira de luta pela independência dos sindicatos, CUT, UNE e movimentos frente ao PT, seu governo e aos partidos da burguesia. Os trabalhadores devem rechaçar a “Carta aos Brasileiros” de apoio ao governo. Denunciar a hipocrisia de que Lula deve apurar as denúncias, mudar a política econômica e voltar-se para as necessidades dos explorados. Esse é um governo que assumiu completamente a causa do grande capital e se vendeu para cumprir esse papel.

Por outro lado, denunciar a bandeira de impeachment como instrumento da disputa do PFL\PSDB contra o PT corrompido. O POR entende que a crise política se dá no âmbito do choque interburguês.

Os explorados têm de aproveitar as brechas para sair às ruas por suas reivindicações e pela derrubada das reformas reacionárias do governo. Frente à corrupção, está colocada a defesa de um Tribunal Popular, completamente opos-

to ao Parlamento, seus partidos e outras instituições da burguesia.

As estratégias do proletariado é a do governo operário e camponês, ditadura do proletariado. A tática é de pôr em pé a unidade das massas por uma carta de reivindicações: salário mínimo vital, reposição das perdas, escala móvel de reajuste; emprego a todos, redução da jornada por meio da escala móvel das horas de trabalho, sem reduzir os salários; educação gratuita em todos os níveis; saúde e moradia a toda população; entrega das terras aos camponeses, expropriando os latifundiários, sem indenização; expulsão do imperialismo; e total liberdade de greve e de organização sindical.

É por meio das reivindicações próprias, da luta antiimperialista e anticapitalista que o proletariado e demais oprimidos conquistarão terreno na luta de classe, sem se deixar arrastar pelas divisões dos partidos burgueses no Estado e por suas bandeiras.

Trabalhar pelo Partido Operário Revolucionário

A bandeira de que “é hora de construir uma nova alternativa dos trabalhadores”, levantada pelo PSTU, não corresponde à realidade e reflete as ilusões no PT. Esse partido nunca esteve voltado para a revolução social. Compareceu como alternativa eleitoral aos partidos orgânicos da burguesia. Revestiu-se de teses democratizantes e reformistas. Usou-as para constituir uma vasta burocracia sindical e para aparelhar os movimentos sociais. Manejou-as para atrair as massas e obter apoio eleitoral. Serviu-se do reformismo, enfim, para fortalecer junto a grupos capitalistas a posição de um partido de conciliação de classe e de controle estatal das organizações proletárias, camponesas, populares e estudantis.

A luta inicial por fazer do PT um partido operário independente logo se esgotou. Viveu, sem dúvida, um período de contradições e lutas internas em torno de suas definições programáticas, táticas e principistas. Mas a camarilha reformista, abrigada no caudilhismo de Lula, se instalou, dando os primeiros passos a um partido adaptado à democracia burguesa. Montou-se um partido de disputa

eleitoral, que canalizasse o descontentamento dos explorados e atuasse na inevitável luta de classe como fator de contenção.

O PSTU até pouco tempo manteve o objetivo de levar o PT ao poder, nestas condições. Caracterizou erradamente o PT como partido operário independente e se submeteu às pressões do caudilhismo de Lula. Não foi capaz de caracterizar corretamente o reformismo petista, de condenar a estratégia do governo democrático e popular e defender a estratégia da revolução e ditadura proletárias. Por isso, teve o PT como alternativa histórica.

Ao contrário, o reformismo e o caudilhismo de Lula foram e são instrumentos contra a construção do partido histórico do proletariado. As esquerdas que formularam uma estratégia para o PT e atuaram na luta política com ela – como é o caso da defesa do governo dos trabalhadores e variantes – renunciaram trabalhar pelo partido programa. A bandeira do PSTU de “construir uma nova alternativa dos trabalhadores” (a mesma colocada pelo PSol) segue a perspectiva de um partido de esquerda eleitoral.

A tarefa de construir o partido proletário não vem como alternativa ao PT, mas como necessidade de formular o programa da revolução proletária no seio das massas. É necessário, isso sim, concluir que a falência do reformismo, que se transformou em pró-imperialismo e apodreceu nos porões do Estado, enfraquece um poderoso obstáculo ao trabalho de construir o partido marxista-leninista-trotskyista.

Um balanço correto e honesto das posições das esquerdas, que se propõem a construir o partido, frente ao reformismo é necessário. O POR, em construção, tem publicado todos seu documentos que expressam posições históricas frente ao PT.

A crise do governo Lula e a falência do PT reformista vêm provocando também crises nas correntes de esquerdas, que se reivindicam ou não do marxismo. Esse processo vai se aprofundar. As viradas ultra-esquerdistas e oportunistas se mostram sintomáticas. Escondem a dependência das correntes ao reformismo petista e a ausência de uma severa crítica e autocrítica.

Plenária do Passe livre confirma autoritarismo e orientação reformista

Nos dias 22, 23 e 24 de julho reuniram-se em Campinas delegações de diversas cidades, de Porto Velho (RR) a Porto Alegre (RS) para discutir conjuntura nacional, táticas, estratégias, formas de financiamento e organização. O encontro tinha como objetivo impulsionar nacionalmente as lutas pelo passe livre e consolidar um movimento nacional. A Corrente Proletária (POR) participou do encontro com uma tese (anexo), debateu seus pontos de vista nos grupos e distribuiu no dia 23 sua proposta para os três pontos acerca dos quais iriam se tirar resoluções: estratégia, tática e organização (anexo).

A reação dos dirigentes do principal agrupamento – o de Florianópolis –, com relação às nossas propostas e participação, foi truculenta. Nos grupos de que participamos fomos duramente atacados **não pelas nossas idéias**, mas por diversas suposições e preconceitos que despejaram sobre nós: de que não “construímos o movimento passe-livre”, de queremos “aparelhar”, de que queremos transformar o MPL num “partido bolchevique”, etc., etc.

Nada, porém foi tão truculento quanto a conduta da maioria durante a plenária de encerramento. A plenária iniciou-se com o debate do texto da sistematização, da qual foram excluídas as nossas principais propostas, enquanto outras apareciam diluídas. Questionados por nós, reagiram com violências e mentiras. Na seqüência, diante do desacordo quanto à forma de deliberar e de alguns pontos da estratégia – que eles apelidaram de “princípios” –, chegaram a agressão física de nossos militantes e, a maioria, capitaneados pelos dirigentes de Florianópolis, se retiraram da plenária.

Na retomada da plenária, o grupo hegemônico liderado por Marcelo Pomar de Florianópolis, impôs de forma truculenta a vigência de um suposto acordo quanto aos “princípios” que teria sido deliberado em Porto Alegre no início deste ano durante o Fórum Social Mundial. Esta imposição foi “justificada” pela impossibilidade do consenso quanto aos tais “princípios” e pela concordância a que teriam chegado os participantes daquela reunião acerca de uma

idéia: a de que “princípios não se votam”. Todas estas “justificativas” são fraudulentas! Em Porto Alegre utilizou-se o “consenso” como método para excluir militantes do Conlute – que acabaram se retirando da reunião – e decidir alguns encaminhamentos, mas, não se tomou uma deliberação de que estavam se aprovando “princípios” e muito menos de que estes princípios eram imutáveis ou inquestionáveis.

Além da consagração de esta fraude, alegremente celebrada por uma platéia raivosamente estimulada para achincalhar os nossos militantes, a plenária aprovou ainda que os tais princípios só podem ser votados ou modificados por consenso e que nas outras questões, se não tiver consenso, se vota. Estas foram as decisões mais importantes da plenária de Campinas. Os outros pontos foram um amontoado de pontos confusos, ecléticos e caóticos sobre “estratégia”, “tática” e “organização”.

Durante os trabalhos de grupo e nas plenárias fizeram-se ataques histéricos ao POR pois, segundo os arautos do “novo movimento social”, nós estaríamos querendo “aparelhar” o MPL, transformá-lo num “partido bolchevique”, criar um “comitê central”, além de nos acusar de não construirmos o movimento pelo passe-livre. Todos esses ataques eram acompanhados de violentas manifestações propondo a nossa expulsão do encontro e dezenas de ameaças a nossa integridade física.

Qual o motivo de tanta truculência?

A reação desproporcionalmente irada contra o POR só pode ser explicada pelo fato da nossa intervenção denunciar as falsificações sobre as que se assenta o MPL até agora. Os dirigentes principais – os de Florianópolis – têm fabricado uma espécie de “programa” informal composto de alguns preconceitos muito populares nos meios degenerados da pequena-burguesia desgarrada de tendências internas do PT e do PCdoB, acrescido de anarquistas. De acordo com estes próceres, eles estariam construindo um novo movimento social, novo porque fugiria das formas burocratizadas das entidades aparelhadas pelos parti-

O que ficou evidente é que o discurso de autonomia, horizontalidade e apartidarismo ocultam uma orientação reformista. Falou-se muito em autonomia, mas isso não se sustenta na prática. Como exemplo temos a rejeição à bandeira de estatização feita pelos anarquistas, os mesmos que não hesitam em buscar apoio de parlamentares, inclusive apoiando alguns que dizem defender o passe livre. Se hoje é natural acreditar e fazer crer que é possível usar o parlamento para isso, amanhã não nos surpreenderemos se surgirem candidaturas a partir do próprio movimento. Os autonomistas queriam aprovar uma resolução para que não se receba dinheiro dos ícones do capitalismo (quem não é ícone pode), mas há ícone maior do que o Estado burguês?

Autonomia em relação aos partidos

Cultiva-se a despolitização e o preconceito às organizações o que leva à ocultação das correntes presentes sob a justificativa de que militantes de partidos estão como pessoas. O que aconteceu na plenária é que algumas correntes preferiram mostrar-se claramente, enquanto outras se esconderam sob a máscara do apartidarismo, dentre elas várias correntes internas do PT, e outras que saíram mas continuam seguindo a mesma orientação. Assim, a tese de floripa reproduzia a tese petista de que há um golpe de direita para desestabilizar o governo. Enquanto o mov. Che de Campinas (um setor do PT) defendia a “luta” dentro do parlamento, inclusive eles têm uma veedora que faz um “mandato popular”. Esse tipo de partidarismo não foi questionado.

dos políticos e com as características de serem “apartidários”, “autônomos” e “horizontalistas”. O seu “apartidarismo e autonomismo” seriam o antídoto contra o aparelhamento pelas correntes e o “horizontalismo” oposto às estruturas hierarquizadas das correntes “bolcheviques” que eles abominam. Em compensação propõem uma estruturação que eles chamam de federativa e que se constituiria na base do consenso sobre certos “princípios”, por exemplo, o princípio do apartidarismo, do federativismo e da decisão por consenso, etc., etc., etc.

Trata-se de um amontoado caótico de preconceitos e idéias ecleticamente juntadas para acomodar o ideário semi-anarquista, estalinista, mas, essencialmente reformista disfarçando-o de um “movimento social novo”.

Eenganam-se quanto à caracterização do que seja um movimento social, pois este, ao contrário do que eles afirmam, comporta a mais ampla diversidade política, ideológica, cultural, etc., constituindo-se apenas pelos acordos em torno a

questões bem específicas e práticas. Nesse sentido, o modelo mais típico de “movimento social” é o sindicato. E este “movimento social” se constitui pela convergência não de princípios, mas de interesses comuns como ser a defesa do salário, do emprego e das condições de trabalho. Dele participam trabalhadores das mais diversas religiões, partidos, crenças e práticas sociais, e no seu interior – assim como dentro de qualquer associação de moradores, centro acadêmico ou DCE - as diversas correntes disputam a direção dos movimentos. Esta circunstância não tem nenhum valor em si mesmo, apenas expressa no interior de cada movimento a luta de classes que permeia toda a vida social numa sociedade dividida em classes antagônicas. O único “consenso” do sindicato é a premissa de que ele existe para defender os interesses dos trabalhadores. Mas esta premissa nem sempre se realiza, ocorrendo inclusive o seu freqüente desvirtuamento quando a direção cai em mãos de partidos reformis-

Quanto à horizontalidade. Nitidamente há uma estrutura “vertical”, em que há líderes, inclusive alguns que se acham donos do movimento. Na falta de uma direção formal que expresse as diferentes correntes políticas presentes no MPL, cultiva-se a prática de consensos prévios, o que esvazia a plenária como instância superior de deliberação.

tas, por exemplo.

A forma dos trabalhadores enfrentarem estas dificuldades não é a de enfiar a cabeça embaixo da terra que nem aves-truzes para não enxergar a degeneração, e buscando “consensos” com os que pensam igual a eles, mas tentar organizar oposições para fazer uma maioria que substitua, pelos métodos próprios do movimento, às direções degeneradas. Contrariamente a este método conhecido por qualquer militante honesto, os dirigentes do MPL afirmam que o movimento social só se constrói mediante consensos em torno a princípios imutáveis e, quem não concordar com estes princípios não faz parte do movimento.

Esta formulação não só não define o que é um movimento, sequer define o que é um partido do tipo bolchevique. Esta formulação é a definição mais acabada de uma igreja, pois somente ela se constitui em torno a um dogma indiscutível, diante do qual só cabe concordar ou discordar. Além disso, a conduta da plenária mostrou que além do dogma, eles já têm até o papa, os bispos, padres, freiras e diáconos mais ou menos definidos. Um partido do tipo bolchevique, o nosso, por exemplo, certamente condiciona a adesão à concordância com o programa do partido, mas, este programa é algo vivo que está em permanente construção coletiva, processo durante o qual existe a mais ampla liberdade de discordância interna, inclusive a ponto de se prever a existência de frações e tendências. Contudo, do que se trata é de construir um movimento cuja característica só pode ser de a de uma frente da qual podem participar TODAS as correntes de pensamento que concordarem com os interesses comuns, no caso a conquista do passe-livre para todos. Ao se limitar o movimento à participação apenas dos que concordam com os tais princípios,

Manobras autoritárias na plenária

Para começar faltaram no documento apresentado à plenária não constavam todas as propostas apresentadas nas teses e GDs, inclusive algumas apresentadas por escrito. Assim, em vez de colocar as idéias divergentes, privilegiou-se uma determinada posição e quem questionava era satanizado.

Fabricou-se na hora regras, inclusive inventando que a plenária de Porto Alegre deliberou que o consenso era um princípio do movimento. Isso é falso, Porto Alegre usou como método o consenso, mas não está em nenhuma de suas deliberações que isto era um princípio. Além disso começou-se a criar uma linha que defende a “tradição” do movimento. Com poucos anos, já querem cristalizar regras, criar dogmas e questões indiscutíveis. Sem dúvida um mal começo.

Desde o começo da plenária houve ameaças de agressão consentida e incentivada pelos dirigentes da JRI. Uma militante de Campinas (do “mandato popular da vereadora Marcela”) pegou o microfone para falar em nome de um companheiro, jogando a plenária contra ele, e quando ele foi se defender da calúnia o impediram de falar, inclusive o agredindo fisicamente. Esta é a forma como a divergência foi tratada.

Além disso fabricou-se uma versão de que quem diverge quer “destruir”, “infernizar”, “implodir a plenária”, não quer “construir a luta”. Isso mostrou a despolitização existente pois propostas iguais feitas eram ouvidas de forma diferente dependendo de quem a apresentava. Desfoca-se o debate de idéias, criando um clima de gincana ou programa de auditório.

Cabe aos militantes honestos perceberem estas distorções e fazerem a experiência com essa direção, constatando que não há independência e autonomia em absoluto, o que existe é uma sociedade dividida em classes e cabe ao movimento, se realmente se propõe transformados, colocar-se ao lado da classe revolucionária ou continuar a ser dirigido pela política reformista, que em última análise leva à manutenção da ordem capitalista.

está se liquidando o MPL como movimento e está se fundando uma igreja.

Mas toda esta fraude tem no fundo a finalidade de ocultar a verdadeira orientação que quer se imprimir ao movimento. Trata-se de uma política reformista. Por detrás de todo o palavreado semi-anarquista, semi-politizado esconde-se a velha orientação reformista dos grupos desgarrados do PT e do Pcdob, com a complacência dos anarcóides. É o que se depreende desde a tese apresentada pela delegação de Florianópolis onde se faz uma defesa do governo Lula ao afirmar que:

É grave que setores das esquerdas, de forma ingênua, se aliam a esse discurso golpista, de forma acrítica, fazendo o jogo das forças reacionárias que desejam retornar ao governo.

Ou limitando o movimento à bandeira de apenas "arrancar conquistas materiais objetivas em relação ao transporte coletivo das cidades, como o passe-livre"

Ou ainda postulando o controle efetivo pelo Estado burguês do sistema de transporte, que seria "municipalizado" ou "federalizado" e seria então "público, gratuito e de qualidade". Como se o estado de um país atrasado pudesse conceder esta reivindicação mantendo ao mesmo tempo a sua defesa da propriedade e o lucro privado dos capitalistas que exploram o serviço. É na mesma linha reformista que se pode compreender a proposta de que o movimento deve lutar pela "transformação

Propostas apresentadas por escrito pela Corrente Proletária aos grupos de discussão do Encontro Nacional do MPL:

Estratégia

1. O Movimento Passe-Livre Nacional dever ter como estratégia fundamental a conquista do Passe-Livre universal e a Estatização de todo o sistema de transporte sob controle dos trabalhadores e da população. Essas medidas são parte da luta mais geral contra o capitalismo, e portanto, da luta pela revolução social.

O MPL não pode se limitar a "... arrancar conquistas materiais objetivas em relação ao transporte coletivo das cidades", tampouco pode se satisfazer com a "... municipalização ou federalização do sistema" pois isto o deixa sob "... o controle efetivo do poder público" e nem ter como tarefa a formulação de uma nova "... concepção de transporte público", pois isto reforçaria a ilusão de que é possível uma administração capitalista que atenda os interesses dos trabalhadores e da juventude.

A crise no transporte público e a o aumento da opressão sobre os usuários são parte da crise do modo de produção capitalista. Ou o MPL se coloca pela luta anti-capitalista ou, ao limitar seus objetivos, acaba colaborando com a manutenção e aprofundamento da opressão.

Tática

2. O MPL se fundamenta na unidade em torno das reivindicações acima descritas e na ação coletiva, ou seja, na mobilização por meio da ação direta.

A realização plena do MPL só se dará por meio da unidade com os movimentos dos explorados por trabalho, moradia, terra, e contra toda forma de opressão.

Ao contrario da ação de "grupos menores de militantes" o

da atual concepção de transporte" e propor, evidentemente uma alternativa que o Estado burguês iria implementar.

Diante destas colocações, a declaração de que o movimento pelo passe livre não tem um fim em si mesmo, mas, é anticapitalista, não passa de retórica que expõe mais a hipocrisia destes reformistas, que, no entanto, não tem a menor vergonha quando declaram que é possível manter a autonomia e independência do movimento sendo financiados pelos capitalistas e pelos parlamentares, desde que estes capitalistas não sejam os "ícones" do capitalismo ou os parlamentares, sejam de que partido for, não interfiram na condução do movimento.

A Corrente Proletária defende com clareza a necessidade de estruturar um movimento de massas pela conquista do passe livre para todos e a estatização do sistema de transporte público, como parte da luta mais geral das massas oprimidas, por isso, vinculada ao conjunto de reivindicações das massas por emprego, salário, moradia, terra e educação. É evidente que esta formulação se opõe à dos reformistas, aos estalinistas e aos anarquistas, mas, não significa que no movimento não façamos acordos pontuais que permitam desenvolver a luta das massas, pois é mediante a experiência destas com as direções pequeno-burguesas que os trabalhadores e a juventude vão se convencer da necessidade de destruir a propriedade privada capitalista e construir uma sociedade socialista.

da ilusão e busca de "apoio de parlamentares progressistas", a tática fundamental é a estruturação de mobilizações massivas e amplas, contra os governos, parlamentos e empresários.

O caminho para ampliar e fortalecer o movimento é a de incorporar as reivindicações mais sentidas pela juventude como: emprego e escola para toda a juventude; jornada de quatro horas de trabalho e o restante para estudo e lazer e direito a educação pública e gratuita em todos os níveis.

Organização

3. Para conquistar a unidade nacional necessária do MPL é preciso reconhecer e garantir a expressão de todas as divergências que devem ser amplamente debatidas afim de que possam concluir em resoluções de maioria e no compromisso coletivo ao redor delas.

Uma organização federativa não levará à unidade nacional que precisamos, pois estimulará a ação fragmentada, inorgânica e corporativa. São as chamadas decisões de consenso - que sufocam o debate democrático das divergências-, e não as decisões por maioria que levam ao "aparelhamento e desvirtuamento das intenções originais do movimento".

A rejeição à decisão por maioria já levou este movimento a se omitir sobre a mais grave crise política do governo Lula e ao conjunto de tarefas políticas colocadas pela conjuntura.

Quanto ao financiamento, a garantia de autonomia do MPL exige que o custeio das atividades seja feito com os recursos oriundos do próprio movimento ou das organizações de massa.

Campinas, 23 de julho de 2005

Corrente Proletária na Educação

Congresso da UNE: apoio ao governo do PT/Lula

O Congresso da UNE se realizou em meio à maior crise política do governo do PT/Lula. Isso dominou as discussões, polêmicas e as resoluções do encontro.

As resoluções aprovadas reforçam o papel da UNE como braço do governo no interior do movimento estudantil. Resoluções como “autonomia e independência da UNE frente ao governo”, aprovadas pelo chamado “consenso”, não passam de frases vazias e demagógicas, porque as outras resoluções nacionais, aprovadas pela “maioria” do PCdoB e maior parte dos petistas, colocam o apoio ao governo e suas reformas.

Se houvesse mesmo independência em relação ao governo, por exemplo, a resolução nacional não poderia assumir o discurso de que “forças conservadoras” se aproveitaram das denúncias de corrupção para “desmoralizar as forças progressistas” e obstruir a “agenda de mudanças aprovadas nas urnas em 2002”, como se coloca na resolução sobre conjuntura nacional. O texto coloca a corrupção como algo que as elites “incrustaram” na máquina estatal e que uma “reforma democrática” poderia dizimá-la, escondendo o caráter inerente da corrupção à democracia burguesa, que é a ditadura de classe da burguesia. A resolução aprovada coloca o movimento estudantil à reboque da disputa interburguesa, bloqueando sua ação pelas reivindicações, que necessariamente e choca contra o governo e suas reformas.

Mesmo com o recuo do MEC nas medidas que a UNE chamava de “progressistas” e até afirmava serem conquistas suas, as quais buscavam regulamentar algumas questões das faculdades privadas, manteve-se o apoio

à Reforma Universitária, inclusive com a afirmação de que ela está “em disputa” e que é importante os estudantes irem às ruas para garantir que vá ao Congresso “a melhor proposta possível”, que represente reivindicações históricas dos estudantes.

O discurso de defesa do ensino público, que aparece tanto nos consensos quanto na proposta aprovada, se mostra vazia ao ser observada a quantidade de pontos que preservam o ensino privado. Para haver ensino público para todos não há como haver ensino privado

A aprovação de grande parte das teses propostas pelo PCdoB pela maioria das correntes petistas evidencia a impossibilidade das variantes do reformismo se colocarem em luta contra um governo que apóiam ou integram, e o apego aparelhista aos cargos na direção da UNE.

Participaram do Congresso mais de 5 mil delegados de todo o país (2400 só da UJS), além de mais de 10 mil estudantes não delegados. Esses números, sabemos, são alcançados em grande medida com os métodos burocráticos de levar os delegados submetidos ao discurso festivo ou por meio de eleições fraudulentas. Mas é inegável que expressa, ainda que deformadamente, uma influência real da UNE e, em particular de sua direção (PCdoB), sobre a maioria do movimento estudantil. Essa influência é o maior obstáculo para que o movimento estudantil ganhe independência política frente à burguesia e seus governos e se junte aos explorados na luta antiimperialista e anticapitalista. Essa questão essencial para o movimento é desprezada pelas correntes

(principalmente o PSTU) que se propõem a cindir a UNE utilizando para isso a Conlute. O resultado prático dessa conduta é o fortalecimento da atual direção, com o esvaziamento de uma oposição que pudesse, no Congresso e mesmo antes dele, expressar a luta antigovernamental e antireformas.

O PSTU e aliados na aventura divisionista desconhecem que a influência política do PCdoB se fundamenta na maioria de faculdades particulares e no assistencialismo de sua política, que se apóia no individualismo e na conciliação com o capital proprietário das faculdades privadas. Atua como intermediário para assegurar o financiamento das mensalidades e iludir os estudantes com o tal de “controle social” sobre o ensino privado.

Ao negar a necessária luta na UNE contra a direção burocrática e enveredar pelo caminho da cisão, o PSTU sequer é consequente: nem mesmo uma manifestação, ainda que ultraminoritária, foi organizada em paralelo ao Congresso da UNE. Além de enfraquecer a possibilidade de um bloco antigovernista e antireforma no Congresso, burocraticamente cancelou qualquer ato paralelo.

Sabemos que a maior responsabilidade pela divisão está na atual direção, pró-governista e ultraburocrática. Por isso criticamos a esquerda petista e Psol que votaram com o PCdoB a condenação da divisão, responsabilizando apenas a Conlute, inocentando a direção majoritária. Por isso reafirmamos a necessidade de construir a Conlute como frente única de luta para combater o governo, suas reformas e a atual direção burocrática da UNE, e não como instrumento de divisão.

Governo Alckmin (PSDB): mais ataque à educação

A proposta do governo em relação a FEBEM

Os professores das Unidades de Interação (UI's) da FEBEM / SP já vêm enfrentando uma série de problemas: precarização das condições de trabalho, avaliação de desempenho, salas superlotadas em algumas unidades, falta de um espaço para reuniões etc. Em meados de julho, foram ameaçados de desemprego e redução da jornada de trabalho. Isso porque, seguindo a política de redução de gastos, o governo Alckmin, sob o falso pretexto de melhorar a educação oferecida à juventude na FEBEM, iniciou a “reorganização” do ensino nas UI's pretendendo concluí-la já no 2º semestre.

Para justificar a farsa da reorganização, o governo parte do pressuposto de que há uma distorção idade/série na faixa de 80% (Projeto de Reorganização da Trajetória Escolar dos Adolescentes Internos da FEBEM/SP) entre os alunos e considera que todos que têm

acima de 15 anos (a maioria) devem ser enquadrados no Ensino de Jovens e Adultos (EJA). Por isso, está eliminando o ensino em série e organizando classes a partir de três níveis: Ensino Fundamental I (Nível I), Ensino Fundamental II (Nível II) e Ensino Médio (Nível III). Ou seja, o governo apresenta uma desculpa pedagógica para acelerar os estudos dos jovens da FEBEM.

Para definir em qual nível o aluno deverá estar já no 2º semestre, a Secretaria da Educação aplicou nos dias 18 e 19 de julho uma “prova diagnóstica” (Encceja) em todas as UI's. De acordo com o jornal *O Estado de S.Paulo*, de 29 de julho, até esta data, 5.097 provas haviam sido corrigidas, e deste número (o total será divulgado em 20 de agosto), 428 alunos foram classificados no Nível I; 3.482 no Nível II e 1.187 no Nível III. Um exemplo: só ficará no Nível I os alunos que não estejam alfabetizados em Língua Portuguesa e Matemática, ainda “temporariamente”.

Tanto o Nível II como o Nível III serão compostos de 2 blocos semestrais, cada um com 100 dias letivos, 25 aulas semanais e 05 aulas diárias de 50 minutos. No Nível I, o aluno deverá permanecer tão logo desenvolva suas “competências e habilidades”. Assim, haverá redução da carga horária total dos cursos e da grade curricular. Antes os cursos, em média, apresentavam uma duração de: 2 anos letivos, no Ensino Fundamental I; 4 anos letivos, no Ensino Fundamental II e 3 anos letivos, no Ensino Médio. A grade curricular, na maioria das unidades apresentava 27 aulas semanais no Ensino Fundamental e Médio.

O governo também aumenta o número de alunos por sala, pois alega que o “número pequeno de adolescentes em cada unidade não permite que haja uma gama diversificada de anos / séries” (documento citado). Assim, cada classe deverá ter um mínimo de 12 alunos e um máximo de 20 alunos. Para muitos professores que tem sa-

las com mais de 20 alunos esta medida parece boa, pois aparentemente diminuirá o número de alunos. No entanto, é preciso considerar que há salas com menos de 12 alunos que poderão ser impedidas de funcionar. Também impõe a presença flexível, permitindo o aumento do número de matrículas por classe.

Presença flexível e avaliação desempenho: duas armas em favor do corte de gastos

A proposta do governo define que os alunos deverão ter "atendimento individualizado e *presença flexível*" (Portaria da CENP de 14/07/2005). Ou seja, é possível que cada sala tenha mais que 20 alunos matriculados, já que eles não são obrigados a comparecerem as aulas. Este mecanismo facilita a diminuição da quantidade de classes e acoberta a violência em relação aos jovens. Antes os professores podiam acompanhar a vida destes jovens através de sua presença as aulas.

Se não bastasse tudo isso, para terem aulas atribuídas, segundo os critérios estabelecidos, os professores teriam de **comprovar qualidade de trabalho**, por meio da avaliação de desempenho já existente, na qual são considerados pela coordenação e direção da UI "boa ou má aquisição". Os professores continuam, assim, sujeitos a critérios subjetivos e, muitas vezes, a uma típica relação de compadrio. Os professores teriam de apresentar índice de **assiduidade**, isto é, perderiam o direito a licenças. Os professores deveriam ter **disponibilidade para participar dos programas de capacitação**, os quais ocorrerão possivelmente aos sábados e sem remuneração, numa desavergonhada exploração por parte do governo. Os professores deveriam ainda **aceitar a proposta do governo**, caso contrário poderiam ser dispensados.

Nossa política

Ao tomar conhecimento do problema dos professores da FEBEM / SP, o POR/Corrente Proletária da Educação procurou responder aos ataques do governo Alckmin nas subseções onde atua. Assim, trabalhou pela organização dos professores da Oeste-Lapa, de Franco da Rocha e da Sudeste-Centro. Para tanto, procurou aglutinar os professores das UI's para responder a esse ataque governamental por meio da luta direta. Propôs a unidade dos professores da FEBEM e atuou pressionando as Diretorias de Ensino, a CENP e a Cogesp. Forçou diretoria da Apeoesp a ter uma ação unificada que abarcasse todas as unidades da Febem, que são 77 no Estado. Sabia que

as negociações com os órgãos educacionais só teriam resultado se houvesse ações de rua e denúncias na imprensa. Levantou as bandeiras:

- nenhum professor desempregado;
- nenhuma sala de aula fechada;
- nenhuma mudança na grade curricular;
- manutenção da carga horária do professor;
- fim da avaliação de desempenho.

A atuação da Articulação Sindical no episódio da FEBEM

Como já era esperado, a Articulação Sindical só acompanhou a luta dos professores da FEBEM porque foi praticamente intimada por setores de oposição, sobretudo o POR / Corrente Proletária da Educação.

Marcou-se uma reunião no dia 28/07, véspera da atribuição de aulas aos professores da FEBEM, porque um membro da FOS, que participa da diretoria, colocou na pauta. O problema. Para a Articulação Sindical deveríamos realizar tal reunião e pronto, estaria feita a "luta".

Mas a Articulação compareceu à reunião para colocar obstáculo na luta que já se desenvolvia contra as demissões. Dentre os vários exemplos, citamos: 1) rejeitou denunciar na imprensa a "reorganização" do ensino na FEBEM e 2) não aceitou o ato com carro de som na porta da Cogesp; 3) não divulgou nenhuma nota em nome da direção do sindicato contra essa política de Alckmin. Ou seja, essa corrente majoritária na diretoria do sindicato não queria recorrer ao método da ação direta e alegava que qualquer luta estava comprometida pela pequena quantidade de professores participando das reuniões.

Mesmo à revelia dessa conduta burocrática, o ato na porta da Cogesp foi decisivo para a vitória do movimento.

Oposição unificada nesta luta

O problema colocado aos professores da FEBEM / SP foi o primeiro desafio colocado para a Oposição Unificada, vitoriosa na capital paulista e na Grande São Paulo e também em várias subseções. Tratava-se de um momento importante para que a Oposição Unificada colocasse em prática o seu programa de defesa da luta (mais propriamente da ação direta) contra o imobilismo da direção burocrática da Apeoesp que venceu as eleições no geral.

A maior parte das correntes que se intitulam de oposição e mesmo aquelas que compuseram a Chapa 2 – Oposição Unificada, no entanto, ignorou os ataques do governo estadual aos professores da FEBEM. Somente a FOS contribuiu nesse embate. A participação do PSTU ficou reduzida a dois membros (um da Sudeste-Centro e um de

Franco da Rocha). Mesmo os membros deste partido que fazem parte da Diretoria Estadual da APEOESP, e que encontravam-se na sede central do sindicato quando da realização de reuniões com os professores da FEBEM, mal assistiram a uma delas.

É fundamental fazer esse balanço para que a Oposição Unificada possa ter uma intervenção mais coletiva e pôr em prática o programa da chapa 2. Ficou provado que mesmo sendo posição minoritária na direção do sindicato é possível impulsionar o movimento de defesa dos professores.

O resultado da mobilização

Na reunião realizada no dia 26/07, o POR / Corrente Proletária da Educação propôs que fosse realizada uma mobilização no dia seguinte, em frente a COGESP e, em seguida, num hotel próximo onde se daria um encontro entre membros da FEBEM e dirigentes de ensino, com carro de som e entrega de uma carta, com o mesmo teor do boletim elaborado pela oposição para os professores das UI's, ou seja, com defesa do emprego, da carga horária etc.

No dia 27/07, os representantes da Cogesp receberam a comissão. A conversa não foi muito frutífera, daí o grupo concordar em deslocar-se até à direção da FEBEM, onde também não teve sucesso, só conseguindo protocolar uma carta. No dia 28/08, temendo que o movimento ganhasse mais força e resultasse em denúncia à imprensa, as Diretorias de Ensino receberam ordens de não demissão dos professores.

AS tarefas colocadas para o movimento

O problema dos professores da FEBEM não foi resolvido. Houve uma garantia de emprego até o final do ano letivo. A FEBEM fará de tudo para que o projeto seja implantado. Para isso, preparou um calendário de reuniões com os professores para transformá-los em executores da proposta.

Para evitar a fragmentação dos professores, propusemos a convocação de uma plenária, para o início de setembro com o objetivo de unificar o movimento dos professores da Febem com os demais da rede estadual. Tal proposta foi acatada na reunião de 28/08.

É bom lembrar que, no processo de atribuição de aulas, os professores da FEBEM foram obrigados a assinar um termo de ciência e compromisso do projeto que teriam que colocar em prática e da necessidade de desenvolvê-lo bem. Esse termo é um documento que possibilita o governo demitir a qualquer momento. Nesse sentido, é preciso rechaçá-lo por meio da luta contra o projeto governamental de "Reorganização" da FEBEM.

1º Encontro Nacional dos trabalhadores da Volks

Nos dias 15 e 16 de julho aconteceu em Ubatuba o 1º Encontro Nacional de dirigentes sindicais e comissões de fábrica das cinco plantas da Volks no país, tanto da CUT como da Força Sindical. O encontro tinha como objetivo a criação do Comitê Nacional dos trabalhadores da Volks no Brasil.

Representantes do Nossa Classe estiveram lá.

Logo no início, a burocracia sindical informou que o objetivo do Comitê Nacional é o de melhorar a troca de informações entre os sindicatos e, assim, organizar os trabalhadores em nível nacional. Tudo conversa fiada. Na verdade, a burocracia foi para o encontro com o objetivo de criar mais um instrumento burocrático, que não discutirá as reivindicações dos trabalhadores.

Dizemos isso porque a direção de nosso sindicato não unifica nem mesmo os metalúrgicos do ABC. Ao contrário, divide os metalúrgicos do ABC em vários grupos: montadoras, autopeças, fundição, grupos 5, 10 etc. Não existe mais

campanha salarial unificada. As demissões, as terceirizações estão acontecendo em todas as fábricas e a direção do sindicato não convoca uma assembléia geral de todos os metalúrgicos para organizar a luta contra os ataques dos patrões.

No Encontro, fizemos uma crítica ao Comitê Mundial dos trabalhadores da Volks criado há alguns anos, e do qual participam todos os sindicatos que possuem operários da Volks no mundo. Os dirigentes sindicais, que se reúnem uma vez por ano no Comitê mundial, ao invés de organizar os trabalhadores em nível mundial discutem como implantar os planos de reestruturação (flexibilização de direitos), ditados pela multinacional a todas as empresas localizadas nos países semicoloniais, que têm como objetivo aumentar a exploração da força de trabalho.

Defendemos que a finalidade do Comitê Nacional deve ser o de organizar os trabalhadores contra as demissões, terceirizações, redução de jornada e salários, Banco de Horas etc, e organizar a luta

para impôr aos patrões e ao governo a redução da jornada sem redução de salários (escala móvel das horas de trabalho), como única forma de acabar com o desemprego.

Foi nesse momento que a burocracia declarou que não tinha interesse de organizar uma luta nacional contra os ataques dos patrões. O coordenador do Comitê Sindical da Volks Anchieta Vagnão, pegou a palavra e defendeu os acordos de flexibilização de direitos feitos nos últimos anos pela direção do sindicato, que só têm favorecido a empresa.

Outra polêmica foi como deveriam ser financiados os encontros do comitê nacional. A burocracia sindical defendeu que a Volks deveria arcar com todas as despesas dos encontros do Comitê Nacional, assim como faz com o Comitê Mundial. Nós nos colocamos contra e defendemos que o comitê deve ser um instrumento independente, portanto jamais deveria ser financiado pelos patrões, pois são contra eles que lutamos.

Judiciário - SP: Retomar a Campanha Salarial

No dia 29 de junho, foi realizado um ato de protesto dos trabalhadores do judiciário de São Paulo, na Praça João Mendes, como forma de demonstrar o descontentamento com as péssimas condições de trabalho, o arrocho salarial, punições, descontos da greve passada etc. e para impulsionar a campanha salarial de 2005.

Como proposta de continuidade do movimento, aprovou-se a realização de uma assembléia regional para o dia 03/08/05.

Trata-se de obrigar a cúpula do TJ a abrir negociações sobre a pauta de reivindicações entregue há mais de três meses e que até agora não houve nenhuma resposta.

Principais pontos da pauta:

* Reajuste salarial de 35,69%, referente ao período de abril/02 a março/05, índice baseado no IGPM feito pelo DIEESE;

* Fim das punições da greve passada e dos descontos dos dias parados;

* Incorporação das gratificações ao salário base;

* Preenchimento dos 13 mil cargos vagos mediante concurso público;

* Fim das terceirizações;

* Pagamento de todos os atrasados etc.

Participação massiva da categoria é condição para o avanço da luta

Apesar da pouca convocação, do boicote das associações e de ter sido chamado apenas como protesto e não em caráter deliberativo (assembléia), entendemos que o ato foi um passo importante, na medida em que procurou romper os limites das discussões entre quatro paredes, assumindo uma posição de ampliar a discussão e a participação dos trabalhadores para decidir como se contrapor à política do TJ de manutenção do confisco e arrocho salarial da categoria.

Associações que se dizem representantes da categoria se negam a organizar a campanha salarial

Enquanto o TJ pune a categoria com descontos arbitrários, nega-se a atender as reivindicações etc, as principais associações que se dizem representantes dos servidores, não fazem nada para organizar a campanha salarial. Limitam-se a participar de "audiências" e fazer negociações de bastidores às costas da categoria

na tentativa de obter algumas migalhas e evitar a luta conjunta dos trabalhadores contra a política de destruição de suas condições de vida.

Como vemos, devemos comparecer à assembléia regional na Praça João Mendes no dia 03/08 para que possamos decidir os rumos da campanha salarial de 2005. Exigir que essas "Entidades" comecem imediatamente a trabalhar pelo desenvolvimento da campanha salarial 2005, que tem como eixo principal a reposição salarial e o fim punições da greve passada.

TJ Propõe Aumento de 53% para os Juízes

Recentemente, a cúpula do Tribunal de Justiça enviou para a Assembléia Legislativa um projeto de reestruturação na carreira da magistratura propondo um aumento de 53% nos salários dos juízes. Ou seja, enquanto a maioria dos funcionários está com o salário cada vez mais arrochado, sofre descontos arbitrários, punições, remanejamentos forçados etc., o TJ negocia com o governo, via legislativo, um aumento de salário para a casta burocrática deste poder.

A Teoria da Revolução Permanente

O POR realizou, em julho, sua Escola de Quadros Nacional, organizada nas regionais, com os temas “A Teoria da Revolução Permanente” e “As raízes da crise política atual”. Foram utilizados como textos básicos o “Manifesto do Comitê Central à Liga dos Comunistas”, redigido por Marx em 1850, e a Introdução e as Teses do livro “A Revolução Permanente”, de Trotsky; e os artigos do jornal Massas 302 sobre a crise política

A escola de quadros utiliza o método do estudo e discussão coletivos, sem expositores, e a plenária geral para balanço e síntese dos principais temas abordados. A formação política procurou ligar os conceitos de estratégia, tática e organização formulados nos textos para sua aplicação atual. Ao permitir a elevação coletiva da formação, ajuda a homogeneizar a compreensão política da militância partidária ao redor do programa e da linha política do partido revolucionário.

Publicamos abaixo as “Teses” do livro de Trotsky, que sintetizam os principais conceitos discutidos em seu livro, e que se mostram de grande valor para a militância revolucionária atual.

Que é, afinal, “A Revolução Permanente”? (Teses)

Espero que o leitor não ache inconveniente em que, antes de terminar este trabalho, procure formular minhas conclusões essenciais de maneira concisa e sem receio de repetir.

1. A teoria da revolução permanente exige, na atualidade, a maior atenção da parte de todo marxista, uma vez que o desenvolvimento da luta ideológica e a da luta de classes fez o problema sair definitivamente do domínio das recordações de velhas divergências entre os marxistas russos, para apresentá-lo em ligação com o caráter, os laços internos e os métodos da revolução internacional em geral.

2. Para os países de desenvolvimento retardedatório e, em particular, para os países coloniais e semicoloniais, a teoria da revolução permanente significa que a solução verdadeira e completa de suas *tarefas democráticas e nacionais-libertadoras* só é concebível por meio da ditadura do proletariado, que assume a direção da nação oprimida e, antes de tudo, de suas massas camponesas.

3. Tanto a questão agrária como a questão nacional conferem ao campesinato, como enorme maioria da população dos países atrasados, um papel primordial na revolução democrática. Sem a aliança entre o proletariado e o campesinato, as tarefas da revolução democrática não podem ser resolvidas, nem mesmo ser colocadas a sério. Essa aliança das duas classes, porém, só se realizará numa luta implacável contra a influência da burguesia nacional-liberal.

4. Quaisquer que sejam as primeiras etapas episódicas da revolução nos diferentes países, a aliança revolucionária

do proletariado com os camponeses só é concebível sob a direção política da vanguarda proletária organizada como partido comunista. Isso significa, por outro lado, que a vitória da revolução democrática só é concebível por meio da ditadura do proletariado apoiada em sua aliança com os camponeses e destinada, em primeiro lugar, a resolver as tarefas da revolução democrática.

5. Do ponto de vista histórico, a velha palavra de ordem bolchevique de “ditadura democrática do proletariado e dos camponeses” exprime exatamente as relações, acima caracterizadas, entre o proletariado, o campesinato e a burguesia liberal. Isso foi demonstrado pela experiência de Outubro. No entanto, a antiga fórmula de Lênin não previa quais seriam as relações políticas recíprocas entre o proletariado e o campesinato dentro do bloco revolucionário. Em outras palavras: a fórmula admitia, conscientemente, certo número de elementos algébricos que, no curso da experiência histórica, deviam dar lugar a elementos aritméticos mais precisos. E a experiência mostrou, em circunstâncias que excluem qualquer outra interpretação, que o papel do campesinato, por maior que seja a sua importância revolucionária, não pode ser independente nem, muito menos, dirigente. O camponês segue o operário ou o burguês. Isso significa que a “ditadura democrática do proletariado e dos camponeses” só é concebível como *ditadura do proletariado arrastando atrás de si as massas camponesas*.

6. Uma ditadura democrática do proletariado e dos camponeses, como regime diferente, quanto ao conteúdo de

classe, da ditadura do proletariado, só seria realizável se pudesse existir um partido revolucionário independente que exprimisse os interesses da democracia camponesa e pequeno-burguesa em geral e, com o auxílio do proletariado, fosse capaz de conquistar o poder e determinar o seu programa revolucionário. A experiência de toda a história contemporânea e, sobretudo, da história da Rússia no transcurso dos vinte e cinco últimos anos, nos mostra qual é o obstáculo intransponível que se opõe à formação de um partido camponês. É a falta de independência econômica e política da pequena burguesia (campesinato) e a sua profunda diferenciação interna que permitem a aliança de suas camadas superiores com a grande burguesia por ocasião dos acontecimentos decisivos, sobretudo por ocasião das guerras e das revoluções, enquanto as camadas inferiores se aliam ao proletariado, obrigando as camadas médias a escolher entre as duas forças. Entre o regime de Kerensky e o poder bolchevique, entre o Cuomintang e a ditadura do proletariado não há nem pode haver nenhum regime intermediário, isto é, nenhuma ditadura democrática dos operários e dos camponeses.

7. Só pode ter um sentido reacionário a tendência da Internacional Comunista a impor, hoje, aos países do Oriente, a palavra de ordem de ditadura do proletariado e dos camponeses, há tanto tempo superada pela história. Oposta à de ditadura do proletariado, essa palavra de ordem contribui, politicamente, para a dissolução e a decomposição do proletariado nas massas pequenoburguesas,

criando, assim, condições favoráveis à hegemonia da burguesia nacional e, por conseguinte, à falência e ao desmoronamento da revolução democrática. Introduzir essa palavra de ordem no programa da Internacional Comunista só pode significar a traição ao marxismo e às tradições bolcheviques de Outubro.

8. A ditadura do proletariado, que sobe ao poder como força dirigente da revolução democrática, será colocada, inevitável e muito rapidamente, diante de tarefas que a levarão a fazer incursões profundas no direito burguês da propriedade. No curso do seu desenvolvimento, a revolução democrática se transforma diretamente em revolução socialista, tornando-se, pois, uma revolução permanente.

9. Em lugar de pôr termo à revolução, a conquista do poder pelo proletariado apenas a inaugura. A construção socialista só é concebível quando baseada na luta de classe em escala nacional e internacional. Dada a dominação decisiva das relações capitalistas na arena mundial, essa luta não pode deixar de acarretar erupções violentas: no interior, sob a forma de guerra civil; no exterior, sob a forma de guerra revolucionária. É nisso que consiste o caráter permanente da própria revolução socialista, quer se trate de um país atrasado que apenas acabou de realizar sua revolução democrática, quer se trate de um velho país capitalista que já passou por um longo período de democracia e de parlamentarismo.

10. A revolução socialista não pode realizar-se nos quadros nacionais. Uma das principais causas da crise da sociedade burguesa reside no fato de as forças produtivas por ela engendradas tenderem a ultrapassar os limites do Estado nacional. Daí as guerras imperialistas, de um lado, e a utopia dos Estados Unidos burgueses da Europa, de outro lado. A revolução socialista começa no terreno nacional, desenvolve-se na arena internacional e termina na arena mundial. Por isso mesmo, a revolução socialista se converte em revolução permanente, no sentido novo e mais amplo do termo: só termina com o triunfo definitivo da nova sociedade em todo o nosso planeta.

11. O esquema, acima traçado, do desenvolvimento da revolução mundial, elimina a questão dos países "maduros"

ou "não-maduros" para o socialismo, segundo a classificação pedante e rígida que estabelece o programa atual da Internacional Comunista. Com a criação do mercado mundial, da divisão mundial do trabalho e das forças produtivas mundiais, o capitalismo preparou o conjunto da economia mundial para a reconstrução socialista.

Os diferentes países chegarão ao socialismo com ritmos diferentes. Em determinadas circunstâncias, certos países atrasados podem chegar à ditadura do proletariado antes dos países avançados, mas só depois destes chegarão eles ao socialismo.

Um país atrasado, colonial ou semi-colonial, cujo proletariado não esteja bastante preparado para conduzir o campesinato e conquistar o poder é, por isso mesmo, incapaz de levar a bom termo sua revolução democrática. Por outro lado, num país em que o proletariado chegue ao poder em virtude de uma revolução democrática, o destino ulterior da ditadura e do socialismo dependerá, afinal, menos das forças produtivas nacionais do que do desenvolvimento da revolução socialista internacional.

12. A teoria do socialismo nuns só país, brotada no estrume da reação contra Outubro, é a única que se opõe, de maneira conseqüente e definitiva, à teoria da revolução permanente.

Ao tentarem os epígonos, compelidos pela crítica, limitar à Rússia a aplicação da teoria do socialismo nuns só país, por causa de suas peculiaridades (extensão territorial e riquezas naturais), as coisas só fazem piorar, em lugar de melhorar. A renúncia à atitude internacionalista conduz, inevitavelmente, ao *messianismo* nacional, isto é, ao reconhecimento de vantagens e qualidades peculiares ao país, capazes de lhe conferir um papel que os demais países não poderiam desempenhar.

A divisão mundial do trabalho, a subordinação da indústria soviética à técnica estrangeira, a dependência das forças produtivas dos países avançados em relação às matérias primas asiáticas etc. etc., tornam impossível a construção de uma sociedade socialista autônoma e isolada em qualquer região do mundo.

13. A teoria de Stalin-Bukhárin não só opõe, mecanicamente, e a despeito de toda a experiência das revoluções rus-

sas, a revolução democrática à revolução socialista, como separa a revolução nacional da revolução internacional.

Colocando diante das revoluções dos países atrasados a tarefa de instaurar o regime irrealizável da ditadura democrática, oposta à ditadura do proletariado, essa teoria cria ilusões e ficções políticas, paralisa a luta do proletariado do Oriente pelo poder e retarda a vitória das revoluções coloniais.

Do ponto de vista da teoria dos epígonos, a conquista do poder pelo proletariado constitui, por si só, a realização da revolução (em seus "nove décimos", segundo a fórmula de Stalin), e inaugura a época das reformas nacionais. A teoria da integração do kulak no socialismo e a teoria da "neutralização" da burguesia mundial são, por conseguinte, inseparáveis da teoria do socialismo num só país, equilibrando-se e caindo juntas.

A teoria do nacional-socialismo degrada a Internacional Comunista, que fica reduzida ao papel de arma auxiliar na luta contra a intervenção armada. A política atual da Internacional Comunista, o seu regime e a escolha dos seus dirigentes correspondem perfeitamente à sua decadência e transformação num exército de emergência, que não se destina a resolver, de maneira autônoma, as tarefas que se lhe apresentam.

14. O programa da Internacional Comunista, obra de Bukhárin, é eclético do princípio ao fim. É uma tentativa desesperada de ligar a teoria do socialismo num só país ao internacionalismo marxista, que não pode, entretanto, ser separado do caráter permanente da revolução mundial. A luta da Oposição de Esquerda por uma política justa e um regime são na Internacional Comunista está indissolúvelmente ligada à luta por um programa marxista. A questão do programa, por sua vez, é inseparável da questão das duas teorias opostas: a teoria da revolução permanente e a teoria do socialismo num só país. O problema da revolução permanente já ultrapassou, há muito tempo, o limite das divergências episódicas entre Lenin e Trotsky, inteiramente esgotadas pela história. Trata-se, agora, da luta entre as idéias fundamentais de Marx e de Lenin, de um lado, e o ecletismo centrista, de outro lado.

Nesta edição:

- Bolívia: Artigos do jornal Masas boliviano
- Argentina: Fora o terrorista Bush da Argentina e da América Latina
- Reunião do Cerqui

Artigos do Cerqui Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Bolívia

Candidatos à Presidência são insultos aos bolivianos Maioria nacional repudia a farsa eleitoral e os grupos eleitoreiros

Escutemos o homem da rua

Há algum tempo, os bolivianos e bolivianas não querem saber das imposturas eleitorais. Têm amadurecido politicamente graças a sua experiência diária que lhes tem ensinado que não se deve dar crédito às ofertas eleitorais, lançadas irresponsavelmente pelos que querem aumentar suas fortunas saindo vencedores nos escrutínios eleitorais.

No passado distante, a maioria dos cidadãos estava satisfeita porque palpava a materialização, elo menos em parte, das promessas eleitorais lançadas pelos membros do Parlamento e do Poder executivo durante sua luta eleitoral.

A vanguarda revolucionária trotskysta ao analisar este problema assinalou que se devia à vigência das ilusões democráticas, as quais ocupava um lugar proeminente no jogo eleitoral.

□ desenvolvimento da politização das massas encurtou a etaa de vigências das ilusões democráticas.

O rápido esgotamento das ilusões democráticas encarnadas no MNR, pela frustração das ilusões democráticas que encarnaram seus sucessivos governos, que gradualmente passaram para o campo aberto da burguesia e do imperialismo, particularmente do norte-americano. Isso esgotou a vigência das ilusões eleitorais.

Não esquecer a politização das massas

Em grande medida, esse processo foi consequência do trabalho transformador cumprido pela penetração no seio das massas da política revolucionária do proletariado (Teses de Pulacayo), encarnada pelo POR.

A partir desse momento, os explorados e oprimidos de-

ram as costas à farsa eleitoral, para orientar-se à ação direta de massas, a violência revolucionária, à luta de classes, que é uma verdadeira guerras (não uma impostura eleitoral) entre a burguesia e proletariado, que tem como objetivo destruir a grande propriedade privada burguesa.

É explicável que as massas repudiem os politiqueiros que se lançam à conquista da Presidência, pese sua conduta imoral, a sua total incapacidade política etc.

E a Revolução?

Admiramos que as massas, o povo, rechacem a farsa eleitoral e repudiem os larápios que se lançam como candidatos, procurando os mais altos cargos nos poderes executivo e legislativo.

Mas, isso não é suficiente no momento da agudização da luta de classes e quando o proletariado já deixou de ser massa destinada a ser arrastada por detrás das bandeiras dos burgueses vendidos e esfomeadores.

O que falta agora é a política revolucionária que coloque o proletariado como direção das massas exploradas e oprimidas, para que cumpra os seguintes objetivos, mediante a luta de classes ou violência revolucionária.

. Substituir a grande propriedade privada burguesa pela social;

. Instaurar a ditadura proletária (governo operário-camponês);

. Dar as costas ao eleitoralismo e continuar a luta de classes

(Extraído do Jornal Masas nº 1956, 15 de julho de 2005, órgão do Partido Operário Revolucionário (POR-Bolívia)

Bolívia

Uma nova ordem social? Sim!

Outro país não burguês? Sim!

Bolívia é uma calamidade de país por obra da classe dominante, da burguesia que tem convertido em colônia dos ianques. É um país muito atrasado e que agoniza em meio à miséria extrema. Por que isso? Porque sua base econômica, a grande propriedade privada burguesa dos meios de produção aparece tarde, quando está presente o imperialismo, que utiliza a burguesia nacional como instrumento para explorar e oprimir o país e não o permite incorporar como seu competidor econômico no mercado mundial. A burguesia se corrompe e termina como traidora e esfomeadora.

A maioria da população politicamente dirigida pelo proletariado tem mostrado o caminho para conquistar a libertação da Bolívia da opressão dos Estados Unidos e da burguesia, que é seu instrumento. Em 1971, a Assembleia Popular colocou a dualidade de poder frente ao governo cabaleante de Torres, processo interrompido pelo estouro da "Operação Condor". Não esquecer que nesse momento já existia o documento que respondia a necessidade de proceder a "estatização dos meios de produção" do país, o que supõe a instauração da ditadura do proletariado. Essa colocação levava à imposição do governo operário-camponês.

O país em suas condições atuais, com um governo burguês (ainda que no seio estão os burocratas camponeses e operários), não tem possibilidade de transformar radicalmente, transformar-se numa sociedade melhor, numa ordem social superior, sem explorados e oprimidos, isso só poderá ser conquistado pelo caminho da revolução social, da substituição da grande propriedade burguesa pela social, da ditadura proletária (governo operário-camponês)

A revolução proletária já!

(Extraído do Masas boliviano nº 1956, de 15/07/2005)

Argentina

Fora o terrorista Bush da Argentina e da América Latina

Boicote ativo à reunião de novembro no Mar del Plata da Cúpula das Américas

O imperialismo virá a esta reunião insistir com sua ALCA para integrar as economias latino-americanas por detrás dos desejos de suas multinacionais; aprofundar os acordos de cooperação militar como o que ocorre no Haiti; acordar um plano de luta "antiterrorista" que permita a presença mais aberta de militares e serviços ianques para controlar os movimentos populares que se rebelam contra a opressão imperialista.

O imperialismo voltará todo o esforço por meio da exigência de monitorar e controlar as democracias, um mecanismo que habilite os governos da região a intervir naqueles países transbordados pelas revoltas populares e naqueles países que não acatam todas as recomendações do amo imperial.

O governo terrorista norte-americano impõe que nessas reuniões não pode estar presente Cuba, o que tem sido aprovado pelos governantes de todos as semicolônias.

O terrorismo do governo Bush é responsável por dezenas de milhares de massacres no Iraque e Afeganistão, pela destruição de suas países, do roubo de seus recursos, em nome da democracia. Virá falar-nos desses valores?

É necessário organizar um grande movimento de repúdio e boicote a esta Cúpula, que deve fracassar. Não queremos mais ingerência imperialista e nosos países. Plena autodeterminação!

Estamos pelo desconhecimento de toda a dívida externa, e de todos os acordos com o FNI e outros organismos in-

ternacionais.

. Pelo desconhecimento de todos os acordos militares com os países imperialista;

. Pela retirada imediata das tropas Argentinas do Haiti;

. Pelo rechaço a toda intervenção do imperialismo no Iraque, donde devem retirar-se imediatamente, no Iraque, Afeganistão. Contra toda ameaça contra o EZLN do México;

. Pela expropriação de todas as multinacionais, recuperando a propriedade dos recursos naturais e as empresas privatizadas, e de setores fundamentais da economia que estão em suas mãos.

(Extraído do Jornal Massas – órgão do POR argentino – nº 188, julho de 2005)

Bolívia**Reunião do CERQUI**

O centro da discussão da reunião do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional foi o levante popular que derrubou o governo Mesa.

As massas tomaram conta da Bolívia, constituíram assembléias populares e imobilizaram o governo. No entanto, não estiveram dirigida pelo POR. O organismo de poder que surgiu no processo de luta – a assembléia popular – não expressou a política do proletariado. As massas camponesas deram o conteúdo do levante – expressaram a continuidade da propriedade privada dos meios de produção.

Os caudilhos do movimento – principalmente Evo Morales, do Movimento ao Socialismo (MAS), imprimiram a estratégia de mudar o governo sem tocar no Estado. As bandeiras de Constituinte, taxaço dos Hidrocarboretos e nacionalização do petróleo estiveram dirigidas a um novo governo e parlamento, produtos de eleições antecipadas.

Como se vê, cabe à burguesia, auxiliada pelo MAS e demais caudilhos, resolver as reivindicações colocadas pelo levante. Por essa via, o combate foi esmorecido e esvaziado.

O POR esteve em contraposição total a essa linha e manobras dos caudilhos. Colocou a tarefa de liquidar a grande propriedade privada dos meios de produção e transformá-la em propriedade coletiva. O que exigia unificar as massas sob a estratégia do proletariado de tomada do poder.

Duas posições antagônicas estiveram entre as massas: a do MAS e congêneres de modificar o governo por meio de eleições; a do POR de tomar o poder pela revolução. O domínio dos caudilhos camponeses barrou o desenvolvimento da ação das massas, limitando-as ao objetivo de afastar o governo Mesa. Negociou-se a saída pacífica do Presidente e a manutenção do Congresso para se fazer uma transição acordada.

A direção do POR avalia que o partido necessita formar seus quadros para o próximo embate. A fraqueza de quadros compareceu como obstáculo na luta pela direção do movimento. A política do proletariado só pode ser encarnada pe-

las massas e se tornar força capaz de derubar o poder da burguesia por meio do partido e este tem de ter seus quadros bem formados e enraizados no seio dos explorados. É nesse sentido que o partido está fazendo seu balanço crítico e autocrítico.

Argentina

O governo Kichener reequilibró momentaneamente o regime político. Para isso, apresentou-se com uma face nacionalista. Na verdade, para negociar a crise financeira com os banqueiros internacionais, arrefecer o ímpeto do movimento de massa e realimentar a burocracia sindical. Passou a administrar o choque interburguês, de forma que se reduzissem os atritos frente a uma economia em retrocesso e marcada por um desemprego catastrófico para os assalariados.

A retomada das atividades econômicas comparece como resultado positivo de suas negociações com os credores, servindo de máscara ao entreguismo. Fatos que criaram uma expectativa nas camadas da classe média atingidas pelas medidas dos governos anteriores, que vieram abaixo sob protestos de rua, formação das assembléias urbanas e radicalização do movimento dos desempregados.

No rastro da crise, ficaram escombros de fábricas falidas e fechadas. A resistência operária contra a destruição de postos de trabalho, por sua vez, resulta dessa crise e indica a radicalização da luta de classe em desenvolvimento. O governo e a burguesia trabalham com as ilusões democráticas e com os feitos de Kichener para dissolver completamente a resistência nascida da bancarrota da Argentina.

A secção do Comitê de Enlace, o POR argentino, trava o combate no seio dos movimentos pelas reivindicações vitais das massas, pelas bandeiras antiimperialistas e contra as ilusões eleitoreiras, inclusive alimentadas pelas esquerdas.

Brasil

O informe do POR brasileiro se deu

sobre um documento dirigido à reunião do Comitê de Enlace, publicado no *Massas* anterior (303). Em resumo, explicou a crise política do governo Lula e suas raízes. A corrupção que tomou conta do PT e de seu governo é um sintoma da política burguesa que assumiu. A burocracia sindical e do MST assumiram a versão petista de que se trata de um golpe da direita. Na verdade, o PT armou a oposição histórica da burguesia contra si, praticando a política do grande capital e se aprofundando no tráfico do Estado. Meteu-se no canil dos lobos e agora está sendo comidos por eles.

Há que rechaçar o apoio das organizações operárias e camponesas ao governo Lula, dirigidas pela burocracia interesseira, e corrompida no reformismo. Está colocada a defesa da independência e democracia operárias. Por meio das reivindicações vitais, passará o combate ao governo petista. É preciso enfrentar as pressões que vêm de cima, dos partidos, para arrastar as massas por detrás do embate interburguês que se dá no interior do Estado.

O POR chama os trabalhadores e a todas as correntes que não estão submetidas ao PT e ao governo a constituírem um movimento pelas reivindicações vitais e pelas bandeiras antiimperialistas. Em resposta aos crimes de corrupção, colocar os Tribunais Populares.

Retomada de recomendações

O POR boliviano recomenda que as secções trabalhem rigorosamente para constituir o programa da revolução proletária. O que obriga a conhecer a fundo a realidade do País.

Referiu-se à importância da secção argentina demonstrar o fracasso do trotskismo originário.

Trabalho internacional

Aprovou-se a forma de divulgação e defesa das posições das secções por meio do jornal *Massas*. As secções argentinas e brasileiras se comprometeram a publicar um Boletim Internacional, inicialmente bimestral.